

As Dimensões Ético-Políticas na Formação Acadêmica do Assistente Social: a Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão

Área Temática de Saúde

Resumo

O trabalho pretende problematizar a importância do estágio na formação profissional do assistente social, na atual conjuntura brasileira, ressaltando a importância da articulação do ensino, pesquisa e extensão com as demandas da sociedade. Destaca-se, inicialmente, que a experiência de estágio deve estar situada no contexto da formação profissional, de modo que viabilize ao estudante de Serviço Social uma intervenção crítica, comprometida e competente. Para isso, não pode se dar de forma isolada. Faz-se necessário, uma articulação e encadeamento entre as disciplinas e os conteúdos ministrados, tendo-se sempre a clareza que a realidade não se constitui em mero pano de fundo; e por parte da Universidade a compreensão de que este profissional que se quer construir tem que vivenciar de fato a função ou tripé básico da Universidade: ensino – pesquisa – extensão.

Autores

Maria Inês Souza Bravo - Assistente Social. Dra. em Serviço Social/ PUC-SP, Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social

Maurílio Castro de Matos Assistente Social. Mestre em Serviço Social/UFRJ, Professor Assistente da Faculdade de Serviço Social

Instituição

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Palavras-chave: ensino; pesquisa; extensão

Introdução e objetivo

Este texto pretende problematizar o estágio na formação profissional do assistente social na atual conjuntura brasileira, ressaltando a articulação do ensino, pesquisa e extensão com as demandas da sociedade.

A abordagem dessa temática é central para o Serviço Social e principalmente para o ensino teórico – prático, considerado um dos aspectos cruciais para a formação e que teve dificuldades de operacionalização nas décadas de 1980 e 1990.

Está estruturado em quatro itens centrais. No primeiro vai-se enfatizar a direção da formação profissional brasileira, destacando a importância da articulação do ensino com a pesquisa e a extensão. A seguir, será explicitada a importância do Estágio na formação profissional, identificando algumas questões que precisam ser enfrentadas. O terceiro item procura demonstrar, a partir de uma experiência concreta, as possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No final, são apresentadas algumas propostas, a partir da experiência vivenciada, que podem ser utilizadas como orientação em outros campos de estágio.

As diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovada em assembléia geral pelas unidades de ensino do país, em 1996 apresentam rupturas e continuidades com o processo de formação profissional do assistente social, no Brasil, da década de 1980 (ABESS/ CEDEPSS, 1996). Como avanço, que na realidade é uma explicitação do que já estava presente no debate da formação profissional dos

anos 80, destaca-se o entendimento de que a “questão social” é a base da fundação histórica da profissão e a compreensão de que a prática profissional se constitui em trabalho.

A “questão social” é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades capitalistas e os assistentes sociais, no seu cotidiano profissional, trabalham com as mais variadas expressões da questão social, ou seja, como os indivíduos as experimentam na família, no trabalho, na saúde, na assistência social e nos demais espaços sócio- institucionais que configuram o campo das políticas sociais públicas e privadas.

Ao se transitar do foco da prática profissional para o do trabalho profissional não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção. Ao se falar em prática considera-se o que o assistente social faz, ou seja, o conjunto de atividades que são desempenhadas pelo profissional. Esta interpretação supõe que a atividade do assistente social depende fundamentalmente do profissional, como se ele dispusesse da autonomia necessária para direcioná-la conforme suas exigências, o que se contrapõem com a condição de assalariamento do profissional. Ao conceber a profissão como trabalho está se enfocando que o conjunto de suas atividades profissionais tem que ser visualizadas no âmbito das relações sociais capitalistas e o profissional sendo concebido como um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho com organismos empregadores estatais ou privados.

Consideram-se como objetivos gerais da formação acadêmica a capacitação competente e crítica dos alunos para a pesquisa e intervenção na realidade social. A conjuntura brasileira, entretanto, coloca para a formação desses profissionais diversos desafios que precisam ser enfrentados (Iamamoto, 1998): acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Para tal, é preciso pesquisar a realidade pois a profissão atua nesta e não sobre a realidade; ser um profissional propositado e não só executivo; prevenir-se das armadilhas do tecnicismo, militantismo e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e prática profissional de forma isolada e sim articulada.

Para o alcance desses propósitos é fundamental, na formação, a articulação ensino, pesquisa e extensão.

Essa relação não é simples e vem apresentando dificuldades principalmente, no que se refere à relação da Universidade com a Sociedade. Historicamente, tem-se afirmado que o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis. Entretanto, a dificuldade começa quando a realidade faz novas exigências à academia e não aceita os limites impostos pelo saber sancionado.

As novas demandas ao ensino, pautadas nas características do corpo discente e na realidade, não mais permitem somente o uso da sala de aula.

Repensar a extensão e a pesquisa é repensar a própria Universidade e seus interesses imediatistas. Implica também em repensar a sala de aula, através de debates pautados em investigações da realidade.

A Universidade voltada para a formação crítica dos seus alunos não deve preocupar-se apenas em responder as demandas do mercado de trabalho. Um dos desafios é criar novas demandas à profissão, ultrapassando a relação mecânica com a realidade. Nessa direção, a pesquisa e a extensão são essenciais para aprofundar o conhecimento e dinamizar a transmissão do saber.

Pensada sob a ótica da extensão, a pesquisa e a sala de aula são momentos privilegiados de aquisição de novos conhecimentos. Entretanto, o ensino não se limita a quatro paredes de um recinto fechado embora não exclua momentos imprescindíveis de transmissão do saber. A pesquisa também, não fica isolada em uma torre de marfim principalmente, a pesquisa que interessa ao Serviço Social.

Esta perspectiva permite o fortalecimento dos vínculos da Universidade com a Sociedade, ou seja, com os interesses e necessidades da sociedade. A pesquisa e a extensão devem ocupar, a partir do exposto, um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, pois o Serviço Social é uma profissão que tem uma dimensão interventiva e supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social.

A experiência de estágio deve estar situada no contexto da formação profissional, de modo que viabilize ao estudante de Serviço Social em formação, uma intervenção crítica, comprometida e competente. Para isso, não pode se dar de forma isolada. Faz-se necessário, uma articulação e encadeamento entre as disciplinas e os conteúdos ministrados, tendo-se sempre a clareza que a realidade não se constitui em mero pano de fundo; e por parte da Universidade a compreensão de que este profissional que se quer construir tem que vivenciar de fato a função ou tripé básico da Universidade: ensino – pesquisa – extensão.

Assim, está claro que a experiência de estágio não deve ser um mero aprendizado do que fazer em termos de técnicas. Ao contrário, é um momento privilegiado de reflexão – aprendizado – síntese entre teoria e prática. Que, se bem conduzido, pode contribuir para a ruptura com a tradicional crítica no Serviço Social de desarticulação entre teoria e prática. É o que Iamamoto (1992) denomina de “falsos dilemas” e Guerra (1998) de “pseudos-problemas”.

Entretanto, esta não é uma tarefa fácil. Têm-se como empecilhos: o fosso criado entre Academia e meio profissional (Bravo, 1996; Iamamoto, 1998; Netto, 1996; Vasconcelos, 1998) e o êxito ideológico do projeto neoliberal (Anderson, 1996) com sua proposta de contra-reforma do Estado (Batista, 1999; Bresser Pereira e Grau, 1999; Guerra, 1998a), que apresentam impactos na Universidade (Koike, 1999) e, mais uma vez, o perverso caldo cultural que afirma a desarticulação entre teoria e prática.

Por outro lado, sabe-se que para o enfrentamento deste cenário existem algumas alternativas e, para tanto, faz-se necessário ter como referência a discussão realizada em meados dos anos 90, no Brasil, sobre as diretrizes curriculares para a graduação em Serviço Social. Cabe aqui destacar um ponto: o reconhecimento de que a realidade não é coadjuvante na atuação profissional; ao contrário, é necessário assim desvendá-la/conhecê-la. Logo, a pesquisa é inerente a um exercício profissional competente, crítico e criativo.

Ao decifrar a realidade e apresentar proposições, o assistente social estará dando respostas concreta de sua ação – rompendo com o papel de mero “executor terminal das políticas sociais” (Netto, 1992) – tanto ao mercado, que vem lhe exigindo uma postura propositiva, quanto às demandas dos usuários (na medida em que ultrapassará à aparência da demanda apresentada) e à instituição (pela resolutividade dos casos e otimização do serviço), sem que com isso abra mão do projeto ético-político profissional. Pelo contrário, reforçando esse projeto que compreende a pertinência da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Esse projeto tem suas raízes no processo de redemocratização da sociedade brasileira e foi sendo construído desde meados dos anos 70, tendo por referência o rompimento com a herança conservadora da profissão e articulado com as lutas mais gerais da sociedade, na construção do Projeto Societário de Democracia de Massas (Netto, 1990). O protagonismo das entidades da categoria, os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, a partir de 1979, e a produção intelectual dos assistentes sociais indo aos clássicos do marxismo, foram fundamentais para a sua consolidação.

Nos anos 90, o Projeto Ético-Político do Serviço Social foi adensado pelo novo Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, considerados como arcabouços legais do Projeto, juntamente com as Diretrizes Curriculares de 1996. Esses documentos expressam o compromisso dos assistentes sociais brasileiros com a defesa dos direitos humanos e sociais, da justiça social, da cidadania para todos, da democracia nas

esferas da economia, da política e da cultura. Em síntese, da construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária, sem exploração de classe, gênero e etnia.

Metodologia

O Projeto tem como eixo central a gestão democrática e o controle social na saúde. Pretende fornecer aportes teóricos e críticos que orientem os diversos sujeitos da sociedade civil para análise e intervenção junto à política de saúde. A concepção de controle social utilizada tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira com o debate referente à democracia e, na saúde, o movimento de reforma sanitária. Significa a participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais (Bravo, 1999).

A dimensão investigativa do mesmo consiste na pesquisa sobre os Conselhos de Saúde na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou seja, a análise do processo de formação, composição, dinâmica de funcionamento e principais temáticas. Pretende fortalecer a gestão democrática na saúde analisando esses espaços considerados fundamentais para o trabalho profissional. Os Conselhos são espaços tensos, em que os diferentes interesses estão em disputa. São baseados na concepção de participação social que tem sua base na universalização dos direitos e na ampliação do conceito de cidadania, pautada por uma nova compreensão do caráter e papel do Estado (Carvalho, 1995). A sua novidade é a idéia de controle exercido pela sociedade através da presença e da ação organizada de diversos segmentos. Os Conselhos devem ser visualizados como locus do fazer político, como espaço contraditório, como uma nova modalidade de participação, ou seja, a construção de uma cultura alicerçada nos pilares da democracia participativa, ou seja, a possibilidade de construção da democracia progressiva, ou seja, a democracia de massas (Ingrao, 1980 e Netto, 1990).

A extensão consiste na assessoria aos diversos sujeitos sociais e tem se viabilizado através de três grandes frentes de ação: elaboração de planos de saúde, realização de cursos de capacitação de conselheiros e assessoria e/ou acompanhamento aos conselhos de saúde da Região Metropolitana (Bravo, 2001).

A elaboração de Planos de Saúde com a participação de representantes das entidades locais de profissionais de saúde e movimento popular consiste em oferecer subsídios para a discussão do sistema municipal de saúde e traçar propostas que possibilitem a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios. A proposta metodológica pauta-se no Planejamento Estratégico Situacional tendo como ponto de partida a identificação e seleção dos problemas baseados nas informações disponíveis sobre a realidade e na análise qualitativa dos sujeitos envolvidos na elaboração do plano.

A experiência de Capacitação de Conselheiros de Saúde tem por objetivo a socialização das informações para os diversos sujeitos sociais no que se refere a: Saúde e Sociedade, Controle Social, Modelo Assistencial e de Gestão, Financiamento e Orçamento e elaboração de proposições a partir dos debates realizados.

Uma questão que vem preocupando a equipe do projeto com relação à capacitação é a necessidade de aglutinar os conselheiros dos diversos Conselhos, prioritariamente, os vinculados à Seguridade Social. Nessa direção, tem-se participado e/ou organizado cursos de capacitação para conselheiros procurando discutir esse espaço e democratizar informações relativas a: Política Social no Brasil, Controle Social. Análise das Políticas Setoriais, elaboração de agendas para enfrentamento das questões evidenciadas.

O acompanhamento aos Conselhos de Saúde se efetiva na participação da Equipe do Projeto nesses fóruns. Como principais demandas destaca-se a realização de debates para aprofundamento de temáticas que aparecem no cotidiano do Conselho; elaboração de Projetos

de Lei e/ou proposição para criação de Conselhos de Unidades de Saúde; criação de Fóruns para articular as regiões que possuem situações de saúde semelhantes.

O ensino, através da disciplina Estágio Supervisionado, viabiliza-se através do aprofundamento das seguintes temáticas: política de saúde, controle social na saúde, trabalho do assistente social na saúde e conselhos de saúde.

Uma das estratégias é buscar articulação com outras disciplinas ministradas no Curso, com destaque para Política Social, Política de Saúde e Trabalho e Serviço Social. Outra preocupação é ultrapassar o ensino restrito a sala de aula, com a inserção dos alunos em cursos ministrados para conselheiros e assistentes sociais, bem como a participação e organização de eventos.

Resultados e discussão

A disciplina de Estágio Supervisionado na área de Controle Social na Saúde tem promovido mensalmente debates sobre Saúde e Conjuntura, que procuram tematizar questões fundamentais da Política de Saúde na atual conjuntura brasileira. No encaminhamento pedagógico do projeto, utilizam-se diversos procedimentos, a saber: aprofundamento teórico dos integrantes da equipe através de debates, grupos de discussão, leituras; realização de seminários para discussão do processo investigativo e interventivo (assessoria aos sujeitos sociais); realização de reuniões semanais para análise da pesquisa e extensão com toda a equipe e com participantes das duas sub-áreas de ação; análise da documentação relativa a investigação e assessoria; treinamento dos novos estagiários na temática do Projeto; sistematização e divulgação da experiência em encontros, seminários, congressos; mobilização dos estagiários para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso; divulgação da Pesquisa para os diversos sujeitos sociais envolvidos (entidades da sociedade civil e conselhos); articulação da graduação com a pós-graduação através da inserção dos pós-graduandos no Projeto; Articulação com o Programa de Estudos “Política Social e Democracia”, que agrupa os projetos de pesquisa e extensão da Faculdade de Serviço Social da UERJ, referentes à temática.

Considera-se que através do Projeto tem-se alcançado a articulação proposta a partir dos seguintes indicadores: a maioria dos estagiários têm elaborado seus Trabalhos de Conclusão de Curso (T.C.C) a partir da pesquisa e/ou extensão; os estagiários que passaram pelo projeto têm conseguido bons resultados nos concursos realizados como também ingressado em cursos de pós-graduação ; articulação graduação X pós-graduação com a inserção de alunos da pós-graduação em elaboração de dissertações de mestrado; mobilização dos participantes do projeto para a realização de cursos de pós-graduação e elaboração das dissertações a partir da temática do projeto ; articulação com outras instituições de pesquisa cabendo destacar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através das unidades: Escola de Serviço Social, Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, Escola de Enfermagem Ana Nery e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) através da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Hospital Evandro Chagas; articulação com entidades da sociedade civil e sociedade política, consolidando os laços em defesa das políticas públicas e dos direitos sociais; articulação com o meio profissional através de debates nas entidades da categoria (CRESS / ABEPPS) e instituições públicas de saúde; publicação de material referente à pesquisa e extensão.

A publicação tem sido realizada em dois níveis. Elaboraões para o movimento popular que têm enfatizado: o Controle Social (ao todo 11) e a Política de Saúde e Conjuntura (10). E elaborações científicas através de artigos em periódicos (10), anais de congressos nacionais e internacionais (27), dissertações de mestrado (05), monografias de especialização (04) e trabalhos de conclusão de curso (16). Com o material produzido foi publicado pela UERJ, em 2001, o livro “Capacitação de Conselheiros de Saúde – Textos de Apoio”.

Conclusões

Considera-se que a perspectiva geral do projeto, bem como sua proposta pedagógica pode ser adotada nos diversos campos de estágio de formação profissional do assistente social. Concebe-se que toda pesquisa deve ter um vínculo com a extensão e vice-versa, ou seja, os projetos de extensão podem se converter em bases para a realização de pesquisas.

Parte-se da premissa ser esta estratégia uma possibilidade real de rompimento com as concepções tecnicistas, politicistas e teoricistas da ação profissional sendo um recurso indispensável para a compreensão histórica da sociedade brasileira e suas múltiplas formas de desigualdades sociais bem como, dos processos de exclusão delas decorrentes e das lutas empreendidas pelos diversos sujeitos sociais e políticos.

Percebe-se que os alunos que passam pela experiência de pesquisa e extensão articulada ao estágio têm uma formação mais densa e complexa que o estágio comum.

O estágio é um dos espaços privilegiados de contato dos alunos com a questão social, ou seja, o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, conforme já ressaltado no primeiro item deste texto. Entretanto, como afirmam diversos autores, o debate sobre a formação profissional relegou a um plano secundário o “ensino da prática”.

As experiências de extensão, articuladas ao estágio nos diversos cursos de Serviço Social, tiveram um dinamismo na década de 1980, sedimentando alguns “campos próprios de estágio” como também favorecendo a atuação junto aos movimentos populares visando seu fortalecimento.

Na década de 1990, constata-se no Serviço Social um refluxo das experiências extensionistas e um crescimento das atividades de pesquisa. Identifica-se, entretanto, que essas atividades não tiveram vinculação efetiva com o estágio e nem a pesquisa tem se articulado com a extensão.

A partir do exposto, considera-se que, na atual conjuntura, deva-se viabilizar a articulação tanto da pesquisa, quanto da extensão com o ensino a fim de permitir o atendimento das demandas postas no mercado de trabalho como também identificar novas demandas que possibilitem a ampliação do espaço ocupacional do Serviço Social.

Nessa direção, deve-se investir nos campos de maior concentração profissional como também, nas áreas emergentes com potencial para a construção de respostas do Serviço Social na defesa das políticas sociais públicas e no fortalecimento das lutas dos diversos sujeitos sociais pela melhoria de suas condições de vida e trabalho, pela ampliação dos direitos sociais e humanos, e pelo aprofundamento da democracia na esfera da cultura e da economia.

Assim, acredita-se que algumas estratégias podem ser: desenvolver nas universidades núcleos temáticos: através de aulas de estágio periodicamente ampliadas com a presença de supervisores de campo, articulando estagiários de áreas conexas; participação no núcleo de todos os segmentos interessados; apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso, de projetos interventivos e de projetos de investigação; realização de seminários (Iamamoto, 1998).

Elaboração e execução conjunta – estagiários, professores e supervisores de campo – de projetos de pesquisa e extensão sobre: o perfil dos usuários; as demandas aparentes, ou não, apresentadas ao Serviço Social; o perfil da rede de serviços; mecanismos de participação da população na instituição; entre outros; Buscar envolver os supervisores de campo nos eventos realizados na universidade; Garantir a participação constante dos professores nos eventos ocorridos nos serviços; Viabilização de capacitação para todos os sujeitos envolvidos no processo.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (3ª edição).
- BATISTA, A. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. In: Serviço Social e Sociedade (61). São Paulo: Cortez, 1999.
- BRAVO, M I S. Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais. Rio de Janeiro, Cortez / UFRJ, 1996.
- _____. Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Projeto de Extensão apresentado a SR 3 / UERJ, Rio de Janeiro, 1999 (mimeo).
- _____. Políticas Públicas de Saúde: a experiência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. In: Interagir: pensando a extensão. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2001.
- BRESSER PEREIRA, L.C. e GRAU, N.C. (orgs.). O Público não estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, A I. Conselhos de Saúde no Brasil – Participação Cidadã e Controle Social. Rio de Janeiro: FASE / IBAM, 1995.
- GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de “pseudos-problemas” da/na profissão. São Paulo, 1998 (mimeo).
- _____. O Brasil (do) real: alguns elementos para pensar a reforma do Estado. In: A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo: uma análise das suas principais determinações. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado), 1998a.
- IAMAMOTO, M V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.
- INGRAO, P. As Massas e o Poder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.
- KOIKE, M. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: CFESS, ABEPSS, CEAD-UNB. Capacitação em Serviço Social e Política Social – Reprodução social, trabalho e Serviço Social (02). Brasília: UNB, 1999.
- NETTO, J P. Democracia e Transição Socialista: Escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
- VASCONCELOS, A. M. Relação Teoria / Prática: O processo de Assessoria / Consultoria e o Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade (56). São Paulo: Cortez, 1998.